



ARQUITETURAS DA PERMANÊNCIA: O PATRIMÔNIO HISTÓRICO- EDIFICADO COMO EXPRESSÃO ESPACIAL EM VITÓRIA DO XINGU-PA

Franderison Eudes Uchoa Duarte¹

Genilson Santana Cornélio²

Ivson Venancio Graf³

Bruno Macário Rodrigues⁴

Daniel Cardoso dos Santos⁵

RESUMO

Este trabalho parte da proposta de realizar um levantamento de edificações com perfis históricos na área urbana de Vitória do Xingu, com vistas à produção de informações que interliguem essas casas à história da cidade. Assim, o objetivo principal do trabalho é mapear e descrever casas com características históricas na cidade, analisando como essas edificações se relacionam com o processo de constituição do município, especialmente no que se refere à ocupação inicial da sede urbana, às formas de apropriação do solo e às relações entre os habitantes e os lugares que constituem sua memória. Metodologicamente, o trabalho adota uma abordagem qualitativa, articulando levantamento de campo, registro fotográfico, entrevistas abertas com moradores antigos e análise documental. Os resultados apontam que há uma carência de políticas de reconhecimento e valorização das edificações antigas, bem como uma pressão crescente de processos de modernização que vêm descaracterizando elementos importantes da paisagem urbana original.

Palavras-chave: Patrimônio edificado, Casas históricas, Formação urbana, Vitória do Xingu-PA.

ABSTRACT

This work proposes a survey of buildings with historical characteristics in the urban area of Vitória do Xingu, aiming to produce information that connects these houses to the city's history. Thus, the main objective of the work is to map and describe houses with historical characteristics in the city, analyzing how these buildings relate to the process of municipal formation, especially regarding the initial occupation of the urban center, the forms of land appropriation, and the relationships between residents and the places that constitute their memory. Methodologically, the work adopts a qualitative approach, combining field surveys, photographic records, open-ended interviews with longtime residents, and documentary analysis. The results indicate a lack of policies to recognize and value old buildings, as well as growing pressure from modernization processes that have been distorting important elements of the original urban landscape.

Keywords: Built heritage, Historic houses, urban formation, Vitória do Xingu-Pará.

¹ Mestre em Turismo pelo Instituto Federal de Sergipe – IFS, frandersonturismo@gmail.com;

² Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Pará – UFPA, genilsoncornelio@gmail.com;

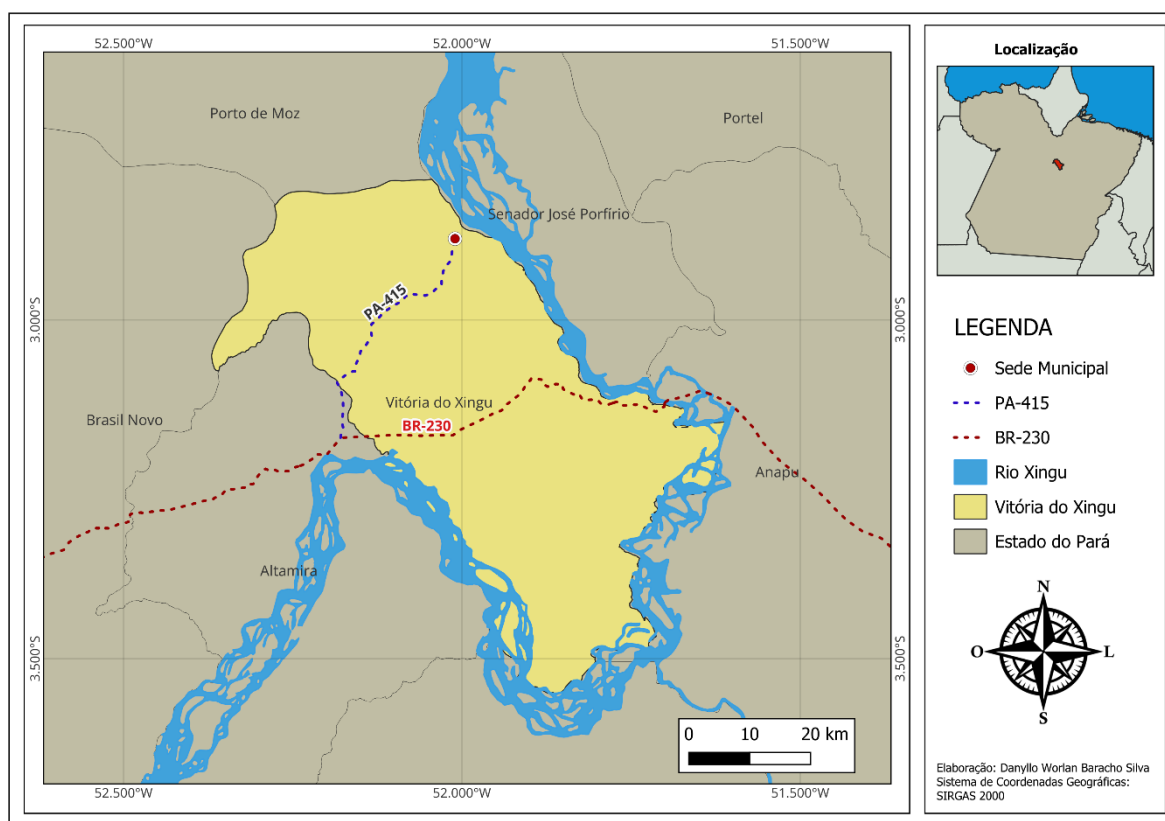
³ Especialista em Antropologia Cultural e Social pela Faculdade Intervale, venanciograf.ig@gmail.com;

⁴ Especialista em Docência no Ensino Superior pela Faculdade São Marcos, brunomacario@yahoo.com;

⁵ Graduado em Gestão de Turismo pela Universidade Norte do Paraná, dcardoso_1981@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

A memória urbana se expressa nos lugares por meio de signos materiais que, embora muitas vezes silenciados ou invisibilizados, permanecem como testemunhos vivos da história social de um território (Tavares, 2018). A casa, como unidade primordial do espaço vivido, é também um marco de pertencimento e de construção identitária dos grupos que habitam a cidade. Em cidades amazônicas, sobretudo naquelas estruturadas às margens dos rios, como Vitória do Xingu-PA (Mapa 1), o patrimônio edificado revela não apenas traços arquitetônicos, mas modos de vida, relações de poder, circulação de saberes e transformações espaciais resultantes de diferentes fases do processo de urbanização.



Mapa 1: Localização do município de Vitória do Xingu-PA.

Este trabalho parte da proposta de realizar um levantamento de edificações com perfis históricos na área urbana de Vitória do Xingu, com vistas à produção de informações que interliguem essas casas à história da cidade. Inserida em um projeto de pesquisa mais amplo, esta investigação busca compreender como a permanência de determinados imóveis pode contribuir no resgate ou na manutenção dos processos de formação, consolidação e transformação do espaço urbano vitoriense. A investigação dialoga com os estudos da



Geografia Cultural e da Geografia Urbana, ao reconhecer o valor do patrimônio como expressão simbólica, material e territorial de uma memória coletiva em constante disputa (Tupiassu; Tavares, 2017).

Assim, o objetivo principal do trabalho é mapear e descrever casas com características históricas na cidade, analisando como essas edificações se relacionam com o processo de constituição do município, especialmente no que se refere à ocupação inicial da sede urbana, às formas de apropriação do solo e às relações entre os habitantes e os lugares que constituem sua memória. Busca-se, ainda, estimular o reconhecimento da importância desses bens para a construção de políticas públicas de valorização do patrimônio cultural local.

Metodologicamente, o trabalho adota uma abordagem qualitativa, articulando levantamento de campo, registro fotográfico, entrevistas abertas com moradores antigos e análise documental. A pesquisa problematiza a noção de patrimônio em contextos de transformação a partir do debate de Santos (2008), cuja leitura sobre o espaço como conjunto indissociável de sistemas de objetos e de ações contribui para compreender a dinâmica urbana que envolve a permanência (ou destruição) dos bens culturais.

Os primeiros resultados apontam que há uma carência de políticas de reconhecimento e valorização das edificações antigas, bem como uma pressão crescente de processos de modernização que vêm descaracterizando elementos importantes da paisagem urbana original. Contudo, moradores mais antigos reconhecem, ainda que informalmente, o valor de certas casas como marcos simbólicos da formação da cidade. A pesquisa reforça, portanto, a necessidade de se pensar o patrimônio não apenas como um conjunto de bens tombados, mas como paisagem viva em constante construção e disputa.

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com base em procedimentos metodológicos voltados para a construção de uma leitura geográfica e cultural do patrimônio edificado. O trabalho de campo é o eixo central da metodologia, por meio da realização de caminhadas sistemáticas pela cidade de Vitória do Xingu. Durante essas caminhadas, foram realizadas observações diretas e registros fotográficos das casas com potencial valor histórico e cultural, considerando aspectos como: tempo estimado de construção, materiais utilizados, estilo arquitetônico, estado de conservação e vínculos com memórias locais.

Como suporte à coleta de dados, foram utilizadas fichas de observação com critérios predefinidos, além de georreferenciamento das edificações mapeadas. Paralelamente ao



levantamento visual, foram realizadas entrevistas abertas com moradores antigos da cidade, a fim de coletar narrativas sobre a origem dos imóveis, suas transformações ao longo do tempo e os significados atribuídos a eles pelos sujeitos locais. Tais entrevistas foram fundamentais para captar o valor simbólico dessas casas, muitas vezes negligenciado pelas políticas públicas formais.

Além disso, a pesquisa envolveu a análise de documentos históricos, como fotografias antigas, mapas e registros públicos disponíveis em arquivos locais e municipais. Esse cruzamento de fontes proporcionou a construção de uma narrativa mais robusta sobre o processo de formação urbana da cidade, situando as casas históricas no contexto mais amplo da dinâmica urbana ribeirinha.

REFERENCIAL TEÓRICO

A discussão sobre o patrimônio histórico-edificado em cidades amazônicas demanda uma abordagem que ultrapasse a leitura meramente estética das construções, buscando compreendê-las como expressões espaciais e simbólicas de processos sociais, históricos e territoriais. Essa perspectiva é central para entender as casas históricas de Vitória do Xingu, as quais se inserem no contexto de formação de uma cidade ribeirinha cuja estrutura urbana inicial esteve vinculada à lógica da circulação fluvial e aos modos de vida dela decorrentes. Como destaca Santos (2008, p. 63), “o espaço deve ser compreendido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações”, de modo que não se pode separar as formas materiais de seus conteúdos históricos e das práticas sociais que lhes dão sentido.

Desse modo, o patrimônio edificado não se reduz à sua dimensão material. Ele é também uma construção social, constantemente resignificada pelas memórias e identidades dos grupos que habitam o território. Tavares (2018, p. 163) enfatiza que “a memória urbana se inscreve nos lugares por meio de signos materiais que permanecem como testemunhos vivos da história social de um território”.

Essa afirmação reforça que os elementos construídos da cidade, como as primeiras casas, igrejas e sobrados, constituem suportes físicos de memórias coletivas, condensando temporalidades e relações sociais diversas. Portanto, analisar as casas históricas de Vitória do Xingu exige compreendê-las como “formas-conteúdo” (Santos, 2008), nas quais a forma não existe separada do conteúdo, e este não subsiste sem a forma que o abriga.

A partir dessa concepção, é possível compreender o patrimônio edificado como parte do processo de produção e reprodução do espaço urbano. Santos (2008, p. 65) argumenta que



“o espaço geográfico é um híbrido, resultado do movimento permanente de dissolução e recriação do sentido”, o que evidencia que as formas antigas, mesmo quando desfuncionalizadas ou degradadas, permanecem ativas na constituição simbólica e material da cidade. Tal leitura permite enxergar as casas históricas de Vitória do Xingu não como ruínas do passado, mas como elementos que estruturam significados sociais e identitários, operando como referências espaciais no presente e como vetores de memória coletiva.

Esse entendimento converge com Tupiassu e Tavares (2017, p. 163), ao defenderem que as políticas de valorização do patrimônio devem articular-se à promoção do direito à cultura e à memória, compreendendo os bens culturais como “elementos constitutivos da cidadania e do pertencimento aos lugares”. Assim, a preservação do patrimônio não deve restringir-se ao tombamento institucional, mas ser entendida como processo vivo e participativo, que reconhece a população local como agente central na produção e na ressignificação do espaço urbano. Essa perspectiva é especialmente relevante em cidades amazônicas, onde a ausência de políticas públicas efetivas agrava os processos de descaracterização e desaparecimento das edificações antigas.

Couto (2013), ao analisar os casarões históricos de Santarém, evidencia essa tensão entre permanência e modernização. Segundo a autora, “a degradação do patrimônio histórico edificado tem se tornado, nos últimos anos, um assunto muito discutido entre órgãos de preservação nacional” e a ausência de ações coordenadas de proteção coloca em risco “um peculiar acervo histórico-arquitetônico local, que vem sofrendo com degradações e corre o risco de desaparecer e se tornar apenas uma lembrança” (Couto, 2013, p. 18).

Tal constatação também se aplica a Vitória do Xingu, onde a pressão da modernização urbana e o avanço de novos padrões construtivos ameaçam a permanência dos elementos que remetem à fase inicial de ocupação da cidade.

Nessa direção, o patrimônio edificado atua como mediador entre passado e presente, articulando a história urbana à memória social e à identidade local. Para Horta, Grumberg e Monteiro (1999, p. 21), a educação patrimonial é essencial para “estimular o reconhecimento da importância dos bens culturais como parte integrante da história e da construção da cidadania”. Essa abordagem educativa permite que os moradores se reconheçam como sujeitos históricos e fortalece os vínculos identitários com o lugar. Esse aspecto é fundamental no caso de Vitória do Xingu, onde muitos moradores antigos identificam algumas casas como “as primeiras da cidade”, revelando o valor simbólico que essas edificações ainda exercem, mesmo sem o reconhecimento institucional formal.



Outro ponto fundamental é que a preservação do patrimônio envolve disputas entre diferentes racionalidades de produção do espaço. Santos (2008) afirma que a racionalidade hegemônica do espaço moderno busca a homogeneização das formas e a substituição das construções tradicionais por objetos técnicos funcionalizados, subordinados à lógica da fluidez e da competitividade.

Contudo, essa racionalidade coexiste com contra-racionalidades locais, ancoradas nas práticas cotidianas e na memória. Conforme o autor, o lugar, enquanto espaço do cotidiano e da proximidade, é onde emergem essas resistências: “o lugar é o quadro da experiência do mundo vivido, onde os eventos globais são reinterpretados pelas lógicas locais” (Santos, 2008, p. 215). As casas históricas, nesse sentido, expressam uma racionalidade territorial que se opõe à homogeneização e reafirma a singularidade da cidade.

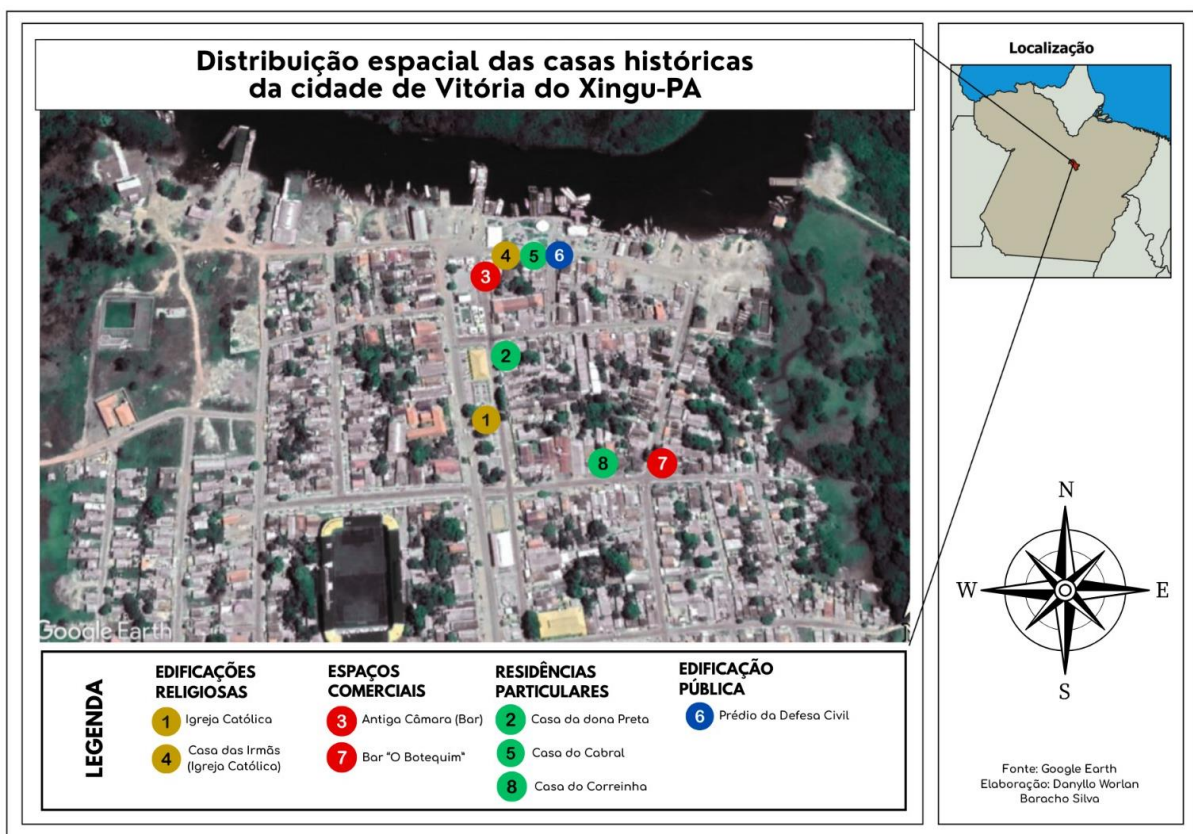
Além disso, o patrimônio deve ser entendido como parte da paisagem urbana, categoria que sintetiza a relação entre forma, conteúdo e temporalidade. Como destaca Santos (2008, p. 66), é necessário distinguir a paisagem do espaço: enquanto a paisagem é o “conjunto de formas”, o espaço inclui também “os processos, as ações e os eventos” que lhes dão conteúdo. Assim, as casas históricas são fragmentos de paisagens herdadas, mas inseridas em dinâmicas atuais, o que as torna pontos de ancoragem da memória em meio à renovação urbana. Elas revelam camadas temporais sobrepostas, que materializam os processos de formação e transformação da cidade.

Por fim, a valorização do patrimônio edificado requer uma abordagem territorial integrada, que o insira nas estratégias de planejamento urbano e de desenvolvimento local. Tavares (2018, p. 175) observa que a efetivação de ações de preservação depende da “articulação entre os bens culturais e as políticas urbanas e culturais da cidade, com participação ativa da sociedade local”. Isso significa reconhecer as casas históricas de Vitória do Xingu não apenas como objetos isolados a serem preservados, mas como elementos estruturantes da identidade urbana e da memória coletiva, capazes de inspirar projetos educativos, culturais e urbanísticos que fortaleçam os vínculos da população com seu território.

Portanto, ao compreender o patrimônio edificado como expressão espacial da memória e da identidade, e ao situá-lo na dinâmica histórica e social da cidade, este referencial teórico oferece subsídios para interpretar as casas históricas de Vitória do Xingu como parte constitutiva da produção do espaço urbano. Elas não são apenas vestígios do passado, mas formas-conteúdo vivas, que carregam temporalidades, valores e sentidos essenciais para a compreensão da cidade e para a construção de políticas públicas de valorização do patrimônio cultural local.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O levantamento realizado em Vitória do Xingu permitiu identificar oito edificações com características históricas (Mapa 2) que expressam as fases iniciais de formação da cidade. Essas edificações se concentram no núcleo central da área urbana, onde se consolidou o primeiro eixo de ocupação. A distribuição espacial evidencia um padrão típico de cidades ribeirinhas amazônicas, nas quais a estrutura das cidades se organizou a partir do porto e das vias de circulação fluvial (elementos fundadores da centralidade local e da vida cotidiana).



Mapa 2: Distribuição espacial das casas históricas da cidade de Vitória do Xingu-PA.

Fonte: Google Earth. **Elaboração:** Danyllo Worlan Baracho Silva.

Essa concentração revela o que Santos (2008) denomina de “formas-conteúdo”, isto é, materializações espaciais que condensam processos históricos e sociais. O conjunto das casas históricas constitui uma paisagem herdada que mantém vínculos diretos com o período de gênese urbana de Vitória do Xingu, quando as relações comerciais, religiosas e administrativas se organizavam de modo mais orgânico e interdependente em torno do rio.



O mapeamento classificou as edificações em quatro categorias principais (religiosas, comerciais, públicas e residenciais), conforme a função predominante e o significado atribuído pelos moradores (Quadro 1). Essa tipologia auxilia na leitura da paisagem urbana como expressão da memória coletiva (Tavares, 2018), permitindo compreender o patrimônio como campo de permanência e de transformação.

Categoria	Exemplos	Características principais
Edificações religiosas	Igreja Católica; Casa das Irmãs.	Marcos simbólicos da formação urbana, associadas à presença missionária e à centralidade da fé católica.
Espaços comerciais	Antiga Câmara (Bar); Bar “O Botequim”.	Representam a transição entre usos públicos e privados. Mantém elementos arquitetônicos originais, como fachadas em alvenaria e esquadrias em madeira.
Residências particulares	Casa da dona Preta; Casa do Cabral; Casa do Correinha.	Construções madeira e barro, utilizando técnicas tradicionais como o pau-a-pique e o enchimento de barro sobre tramas de madeira, comuns nas primeiras décadas de ocupação. Guardam memórias familiares e comunitárias, ligadas às primeiras famílias fundadoras.
Edificação pública	Prédio da Defesa Civil.	Estrutura adaptada de um antigo prédio administrativo. Ao longo do tempo abrigou diversas funções públicas, como delegacia e repartições municipais, mantendo valor histórico por sua continuidade de uso institucional desde as décadas iniciais da cidade.

Quadro 1: Categorias de edificações históricas identificadas em Vitória do Xingu-PA.

Fonte: Elaboração dos autores.



As edificações religiosas, especialmente a Igreja Católica e a Casa das Irmãs, configuram referências de pertencimento. Ambas se situam próximas à avenida principal, articulando-se como polos de sociabilidade e memória. A Casa das Irmãs, ligada à atuação da Igreja, é citada por moradores como uma das primeiras construções em alvenaria da cidade, símbolo da presença institucional e da organização comunitária inicial.

Os espaços comerciais, como a Antiga Câmara (onde hoje tem a função de um Bar) e o Bar “O Botequim”, expressam a ressignificação funcional do patrimônio. A primeira, originalmente vinculada ao poder público, passou a ter uso privado, mas conserva traços originais da arquitetura de meados do século XX, tornando-se exemplo de como o patrimônio pode ser reapropriado pelo cotidiano urbano. O Bar “O Botequim”, por sua vez, localiza-se em área de antiga moradia e mantém-se como ponto de encontro popular, preservando vínculos afetivos e a memória da boemia ribeirinha.

As residências particulares (Casa da dona Preta, Casa do Cabral e Casa do Correinha) são expressões da vida doméstica e da permanência do espaço vivido. Essas edificações, embora em diferentes estados de conservação, revelam a continuidade das práticas construtivas tradicionais, como o uso de madeira local e técnicas de autoconstrução. Nelas, a memória se inscreve nas formas e nos usos, confirmando a ideia de Tavares (2018) de que a memória urbana se inscreve nos lugares por meio de signos materiais que permanecem como testemunhos vivos da história social de um território.



Figura 1: Fachada principal da Casa da dona Preta, Vitória do Xingu-PA.

Fonte: Trabalho de campo, 2025.



Figura 2: Detalhe lateral da Casa da dona Preta, evidenciando estrutura em madeira e barro (pau-a-pique).

Fonte: Trabalho de campo, 2025.



Por fim, o Prédio da Defesa Civil exemplifica a permanência institucional do patrimônio público. Sua conservação e uso atual mantêm o elo com a história administrativa do município, funcionando como um ponto de ancoragem simbólica na paisagem urbana central.

Apesar do reconhecimento simbólico dos moradores, o levantamento revelou um quadro de vulnerabilidade e descaracterização progressiva das edificações históricas. Processos recentes de modernização urbana vêm impondo novas lógicas construtivas que contrastam com o tecido histórico. Fachadas originais são substituídas por materiais industrializados, e construções antigas são demolidas para dar lugar a edificações comerciais ou residenciais padronizadas.

Esse fenômeno expressa o que Santos (2008) descreve como a racionalidade hegemônica do espaço moderno, pautada pela fluidez e pela homogeneização. A cidade, ao adotar padrões arquitetônicos externos, tende a apagar as singularidades locais, comprometendo o reconhecimento de sua memória material. Couto (2013) já alertava que, em cidades amazônicas, a ausência de políticas coordenadas de proteção faz com que “o acervo histórico-arquitetônico local venha sofrendo degradações e corra o risco de desaparecer e se tornar apenas uma lembrança” (Couto, 2013, p. 18).

Essa tensão entre permanência e transformação é visível em Vitória do Xingu. Ao mesmo tempo em que a cidade busca modernizar sua paisagem, há, no imaginário local, o desejo de preservar as referências afetivas associadas às primeiras casas. Esse contraste revela uma disputa simbólica pelo espaço urbano, em que o passado e o presente coexistem em camadas, conformando uma paisagem híbrida, simultaneamente tradicional e moderna.

A partir da pesquisa e do levantamento de campo, é possível destacar que, mesmo sem tombamento formal, as casas históricas são reconhecidas como lugares de memória. Cada edificação carrega significados que ultrapassam o valor material, atuando como vetores de identidade e pertencimento. O reconhecimento popular da Casa da dona Preta, por exemplo, como uma das primeiras residências do núcleo urbano, reafirma a dimensão simbólica do lugar e o papel das memórias individuais na construção da memória coletiva.

Essa leitura converge com Tupiassu e Tavares (2017), que compreendem o patrimônio como “elemento constitutivo da cidadania e do pertencimento aos lugares”. Em Vitória do Xingu, essa dimensão se manifesta na forma como os moradores narram as histórias das casas, associando-as à própria origem da cidade e à vivência cotidiana do espaço ribeirinho. O patrimônio, nesse sentido, torna-se instrumento de resistência cultural diante das forças de homogeneização urbana.



As casas históricas analisadas materializam o que Santos (2008) denomina contraracionalidades locais, ou seja, práticas que emergem do cotidiano e da memória e que resistem à lógica global da modernização. Elas reafirmam a singularidade da cidade e o valor do lugar como espaço de experiências compartilhadas. Assim, o patrimônio edificado de Vitória do Xingu não é apenas vestígio do passado, mas expressão viva de uma territorialidade em permanente reconstrução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou compreender o patrimônio histórico-edificado de Vitória do Xingu-PA como expressão espacial da memória, da identidade e das permanências urbanas em uma cidade amazônica marcada por intensos processos de transformação. A partir do levantamento das edificações com perfis históricos, foi possível reconhecer que a materialidade das casas, sua localização e os usos que ainda desempenham constituem importantes testemunhos do processo de formação urbana vitoriense e das dinâmicas sociais que a sustentam.

O mapeamento das oito edificações históricas, distribuídas entre casas religiosas, comerciais, públicas e particulares, revelou que a paisagem central da cidade ainda guarda marcas de sua origem ribeirinha e de um modo de vida estruturado pela proximidade com o rio Xingu. As formas construídas, em madeira, barro ou alvenaria, expressam distintas temporalidades e racionalidades de produção do espaço, coexistindo em um mesmo tecido urbano. Essa sobreposição confirma o que Santos (2008) define como o caráter híbrido e dinâmico do espaço geográfico, no qual objetos e ações se entrelaçam, revelando tanto a permanência quanto a transformação das formas urbanas.

A análise mostrou também que as casas antigas de madeira e barro, como a Casa da dona Preta e a Casa do Correinha, representam mais do que simples construções residenciais: elas são formas de resistência simbólica frente à lógica homogeneizadora da modernização urbana. Seu valor ultrapassa a dimensão estética, pois remete à sabedoria construtiva dos primeiros habitantes, ao uso de materiais locais e à adaptação às condições ambientais amazônicas. Ao lado dessas, edificações como a Casa das Irmãs e o Prédio da Defesa Civil demonstram a importância das instituições religiosas e administrativas na consolidação do espaço urbano e na estruturação do sentimento de pertencimento à cidade.



Em contrapartida, a pesquisa identificou um processo de descaracterização e vulnerabilidade das edificações históricas, causado tanto pela ausência de políticas públicas específicas quanto pela pressão de um modelo de crescimento urbano centrado na substituição das formas tradicionais por padrões construtivos modernos e padronizados. Essa dinâmica revela uma tensão entre o desejo de modernidade e a preservação da memória, uma contradição própria de cidades amazônicas em expansão, onde o patrimônio não tombado corre o risco de ser apagado em nome da funcionalidade e do progresso.

Diante desse quadro, reafirma-se a necessidade de uma política municipal de valorização do patrimônio cultural, que reconheça os bens edificados não apenas como ruínas do passado, mas como parte ativa da paisagem e da história social de Vitória do Xingu. Tal política deve articular-se com ações de educação patrimonial, de modo a integrar escolas, comunidades e instituições públicas na construção de uma consciência coletiva sobre o valor histórico e identitário desses espaços. A educação patrimonial, nesse contexto, torna-se um instrumento de mediação entre o conhecimento técnico e o saber popular, fortalecendo os laços entre a população e o território.

Outro ponto relevante diz respeito à importância de incorporar o patrimônio edificado às estratégias de planejamento urbano participativo. Como observa Tavares (2018), o reconhecimento das formas históricas deve estar vinculado a políticas urbanas e culturais integradas, nas quais a população local seja protagonista na gestão do seu próprio espaço. Em Vitória do Xingu, onde o crescimento recente tem sido acelerado por projetos econômicos de grande escala, essa integração é fundamental para evitar que a modernização apague os marcos da formação social e cultural da cidade.

Assim, o patrimônio histórico-edificado deve ser compreendido como expressão territorial da memória. As casas, os antigos prédios públicos e os espaços comerciais tradicionais não são apenas elementos isolados, mas fragmentos de uma paisagem social que conta a história de um povo e de seu modo de habitar a Amazônia. Sua preservação implica reconhecer que o valor histórico não reside apenas nas grandes obras ou monumentos, mas também nas formas simples, nos materiais locais e nas práticas cotidianas que deram origem à cidade.

Por fim, esta pesquisa contribui para o debate sobre o patrimônio nas pequenas cidades amazônicas, frequentemente ausente dos inventários oficiais e das políticas de proteção patrimonial. Ao documentar e analisar as edificações históricas de Vitória do Xingu, o estudo busca dar visibilidade a um conjunto de bens que expressa a identidade ribeirinha e comunitária



do município, chamando atenção para a urgência de ações integradas entre o poder público, a comunidade e as instituições de ensino e pesquisa.

Em síntese, preservar o patrimônio edificado de Vitória do Xingu é preservar também as memórias de fundação, as redes de sociabilidade e as práticas culturais que constituem o modo de ser da cidade. As “arquiteturas da permanência” aqui estudadas demonstram que, mesmo em meio às pressões da modernização, há formas que resistem, sustentadas pela memória coletiva e pelo sentimento de pertencimento ao lugar. A valorização dessas formas, portanto, é um caminho para fortalecer a identidade local e construir uma cidade mais consciente de sua história, mais inclusiva e mais fiel às suas origens amazônicas.

REFERÊNCIAS

BAHL, Miguel. **Viagens e roteiros turísticos**. Curitiba: Prottexto, 2004.

CRUZ, Rita. **Introdução à Geografia do Turismo**. São Paulo: Roca, 2003

HORTA, Maria de Lourdes P.; GRUMBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2008.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. (2018). Patrimônio e cidade: uma leitura geográfica da cidade de Belém do Pará. **Revista Geografar** – Curitiba/PR, v.13, n.1, p.162-180, jan. a jun., 2018.

TUPIASSU, Lise; TAVARES, Maria Goretti da Costa. Direito à cultura e educação patrimonial: a experiência dos roteiros Geo-turísticos em Belém-Pará. **Publicações da Escola da AGU: Direito, Gestão e Democracia**, v. 9, p. 163, 2017.